

# AGRICULTURA MERCANTIL-ESCRAVISTA NAS FAZENDAS PASTORIS DO PIAUÍ: aspectos da produção para o mercado externo\*

por Solimar Oliveira Lima\*

Voltar aos começos da história do Piauí é principiar sempre pelas longas e quase intermináveis extensões de terras que aos poucos foram se constituindo fazendas. Faz-se necessário percorrer as vastidões de matas e campos recortados por rios e riachos para encontrarem espaçados pelas distâncias o relinchar dos cavalos, o mugido das reses, o canto e o silêncio do boiadeiro. Porém, diferentemente das visões românticas que se esmeraram nas narrativas bucólicas e alegorias de um passado idealizado, recorreremos ao percurso da temporalidade para um outro propósito. Pretendemos revelar, na mesma base material, o que se tornou invisível nas leituras historiográficas: experiências que configuraram variações de teias sociais imbricadas e tecidas no vagar do desenvolvimento das forças produtivas, produtos da unidade de coesão da classe senhorial.

Nos sertões, as longas distâncias não separavam apenas. Elas existiam para serem vencidas, porque uniam desejos e interesses de posses e poder. Os limites territoriais foram “a ferro e fogo” progressivamente conquistados a partir do final do século XVII. Nada resistiu aos impulsos e obstinação “dos desbravadores”, nem matas nem “ferozes e bárbaros” homens. Em um movimento sincopado, senhores derrubaram e queimaram árvores, mataram e aprisionaram populações indígenas. As terras de ninguém rapidamente ganharam proprietários, adquiridas com “bravuras” e “papel e tinta”. Para a classe senhorial e suas novas posses, densamente “povoadas por gados” e rarefeitas em gentes, as distâncias não foram obstáculos, foram a solução encontrada para a ampliação dos domínios e da fronteira econômica do Nordeste.

Este novo mundo-sertão (re)criado pela violência e força da economia colonial em expansão, encontrava-se espacialmente consolidado nos Setecentos. Nele, terras, animais e homens estavam próximos, porque desta relação dependia as riquezas senhoriais. Contudo, a rígida estrutura

social distanciava os homens. Senhores proprietários, pobres livres agregados e trabalhadores escravizados, apesar de, muitas vezes, labutarem “lado a lado”, desenvolveram tensas relações sociais marcadas pela dominação e submissão. O teor das relações estabelecidas garantia o rentável negócio de criar e comercializar gados. Durante longos anos, a pecuária piauiense foi fonte inesgotável de alimentos e de animais de tração para diversos mercados constituídos como centros exportadores, a exemplo da economia costeira nordestina e da mineradora nas Minas Gerais.

A dispersão do gado pelo interior do Piauí fez crescer o número de animais e moradores. No final do século XVIII, as terras e os habitantes estavam “prontamente estabelecidos na Capitania”. Porém, os números da comercialização do gado já não indicavam mais patamares lucrativos como outrora. Contudo, as dificuldades sentidas no comércio não afetavam o criatório e a pecuária continuava como atividade-referência nos domínios territoriais. Entretanto, os domínios buscaram alternativas para manutenção sistemática da lucratividade e de vínculos com os setores e regiões mais dinâmicos da economia. Nos Oitocentos, pode ser notada com maior intensidade a tendência à diversificação produtiva, no sentido de deslocar acumulação para explorar, também, outras atividades lucrativas, como a agricultura mercantil.

Neste processo, não houve necessariamente redução de investimentos no criatório, até porque, ele, pela característica extensiva, era praticamente imune a crises e continuou expandindo-se, embora sem apresentar nenhum processo de “modernização, quer no manejo quer nas raças”. O rebanho tendia a crescer independentemente dos mercados e sua expansão, quando associada à incorporação de novas terras, e de certa forma favorecia a diversificação para o plantio, uma vez que este se relacionava diretamente ao uso da grande propriedade. Progressivamente, áreas foram sendo destinadas a cultivos, mantendo-se as mais

propícias às pastagens ao criatório. A agricultura mercantil como alternativa de investimento aparece associada ao esforço de vinculação aos mercados mais dinâmicos da economia nacional e exterior; bem como ao crescimento demográfico, que resultou na formação de um mercado interno. Neste contexto, grandes propriedades pastoris passaram a desenvolver uma agricultura para mercado, utilizando-se de duas condições disponibilizadas pela pecuária: o latifúndio e o trabalho escravo.

Na agricultura mercantil-escravista nas fazendas pastoris, considerando o destino da produção, podemos distinguir dois tipos de lavouras: as produtoras de gêneros para o mercado interno e as produtoras de gêneros para o mercado externo. Esta distinção, em rigor, deve ser relativizada, vez que em uma e outra pode-se encontrar, dentro e fora da Província, a comercialização de produtos aqui identificados como de referência dos plantios. Neste sentido, vale ressaltar que é o caráter predominante da comercialização que determinaria a existência da produção e, portanto, a classificação aqui referenciada. Assim, estaria associada à primeira lavoura a produção de mandioca/farinha, milho e feijão, embora estes produtos fossem também vendidos, especialmente, para o Ceará e Maranhão. Na segunda lavoura, encontra-se a produção do algodão, cana e fumo destinada preferencialmente ao exterior, Pernambuco e Bahia, o que não impedia que fios de algodão, rolos de fumo e derivados da cana, como açúcar e aguardente, abastecessem também vilas e povoados da Província.

No que respeita à produção para o abastecimento externo à Província, destacam-se, como já referenciado, os plantios de algodão, de fumo e de cana. Vejamos inicialmente os aspectos relativos ao cultivo e comercialização do algodão. É fato que nas zonas sertanejas este cultivo foi largamente praticado por pequenos produtores. Nestas áreas, a lavoura revelou-se pouco exigente em investimentos, foi praticada de forma consorciada com plantios voltados à subsistência, como, feijão, milho e mandioca, e dependeu, praticamente, da força de trabalho feminina e infantil. Estas características, no entanto, não agregam ao plantio a pecha de subsistência, embora parte da produção tenha sido utilizada para a fabricação de tecido grosso para o cotidiano de seus produtores. Aqui, a produção era

eminentemente mercantil e comercializada em vilas próximas às unidades produtivas, uma vez que a comercialização exigia uma ajustada e complexa cadeia de transações.

Embora características da pequena produção fossem mantidas nas grandes lavouras, nestas ganhavam outras conotações. O grande cultivo exigiria, naturalmente, maiores investimentos, como, terras e trabalhadores. Considerando o curto ciclo vegetativo do plantio, a produção em larga escala em grandes extensões de terra tendia a compensar a utilização de trabalhadores escravizados, que era praticamente o único custo de produção. Contudo, este custo era atenuado devido à tendência - nem sempre concretizada nestas áreas - ao consórcio com produtos alimentícios e ao fabrico de tecidos rústicos para vestimentas da escravaria, ainda que a base alimentar do plantel fosse limitada à farinha e carne e que recebesse apenas "uma muda de vestimenta por ano".

Não raro, aparece em fontes documentais relativas à Parnaíba (cidade ao norte do estado) e Jerumenha (ao sul), a disposição de fazendeiros, a exemplo da família Dias da Silva, na primeira, em buscar a especialização de áreas para o plantio do algodão. "Apartavam-se" terras com o intuito da produção exclusiva, que passavam a ser denominadas "sítios". Porém, os trabalhadores escravizados permaneciam vinculados a uma fazenda próxima. Nestas propriedades, a julgar pelas fontes, a mão de obra masculina seria predominante. Da postura, pode-se inferir que pareciam predominar as experiências de evitar grandes distanciamentos entre as áreas de criatório e a lavoura. Também é certo que os homens disponibilizados nos "serviços dos sítios de algodão" eram os mesmos utilizados na pecuária, pois eram todos vaqueiros.

Nas fazendas públicas ou da Nação (o estado possuía, até 1871, estas propriedades divididas em três departamentos ou inspeções), desenvolveu-se o costume do plantio em áreas internas das fazendas, isto é, procedia-se a escolha de terras mais propícias ao cultivo, fazendo surgir as chamadas "lavouras", "sítios" e até "roças". Cabe ressaltar que a formação de *sítio* possuía conotação diferenciada em relação às fazendas privadas; nestas, como dito, tendia-se a separar as áreas. A utilização da categoria *roça* remetia à indicação de que nesta área havia o consórcio do

plântio do algodão com outros produtos, especialmente a mandioca. Nas fazendas da Nação, em razão da política de transferência de trabalhadores “machos” e adultos para outras propriedades do Império, no Rio de Janeiro e Minas Gerais, predominaria entre o plantel a presença de mão de obra envelhecida, feminina e infantil. Este plantel foi responsável pelo cultivo de algodão nas propriedades públicas.

A comercialização do algodão produzido nas fazendas privadas e públicas era realizada fora das propriedades. O Piauí passou a contar com dois importantes centros de comercialização e beneficiamento até a primeira metade do século XIX: Parnaíba concentrava o comércio da região norte e era o porto de exportação marítima; Oeiras, capital do estado até 1852, concentrava as aquisições na região centro-sul. Da antiga capital, as sacas seguiam através de tropas para Salvador e, por cabotagem, para Parnaíba ou São Luis. Teresina, atual capital, nas últimas décadas dos Oitocentos, tornou-se importante centro de comercialização, sobretudo por contar com “fábricas de fição”. No geral, o algodão era vendido a comerciantes em Oeiras e Parnaíba, sendo estes agentes os responsáveis diretos pelas exportações. Estes comerciantes, além de intermediarem as compras e vendas, possuíam boladeiras e descaroçadores para o beneficiamento do algodão. A vida urbana nestes municípios, especialmente nas zonas de aquisição do produto, era objeto constante de reclamações. Em Parnaíba, por exemplo, além do cheiro fétido proveniente das “oficinas de carne seca”, os habitantes eram “obrigados a conviverem com as sujeiras” resultantes do beneficiamento do algodão.

O algodão piauiense, em rigor, não conseguiu espaço significativo frente ao mercado externo. Na verdade, esta foi uma característica do algodão nordestino como um todo. No geral, as exportações da produção local para o exterior tendiam a crescer juntamente com a de outros centros produtores do Nordeste, quando de momentos favoráveis no comércio internacional. É crível que parte da produção piauiense tenha sido exportada sob a marca de outras províncias. Além disso, o aumento do consumo de fibras, na segunda metade do século XIX, em Teresina (PI) e em Caxias (MA), manteve durante algum período a disposição de fazendeiros para a continuidade da lavoura local. Neste particular, não houve, necessariamente, disputas por terras entre o

criatório e o plantio para exportação. As conjunturas menos propícias à comercialização do algodão forjavam a tendência, nas áreas de plantio, a um fortalecimento de outras culturas.

A crise na comercialização do algodão potencializava, em rigor, uma expansão da lavoura para consumo interno, aumentando a produção e a ampliação do comércio de produtos, como, farinha, feijão e milho. Contudo, do processo, resultou, sobremaneira, uma maior participação desta lavoura no comércio interprovincial, notadamente entre Ceará, Maranhão, Pernambuco e Bahia. Esta produção seguia o curso delimitado pela malha de distribuição de mercadorias, em razão das características do comércio estabelecido entre a Província e as demais da região. Nesta relação, o fortalecimento da lavoura como economia de mercado ratificava a tendência da Província como centro ofertante de produtos desta natureza. A maior inserção da produção provincial na economia regional, a partir da segunda metade do século XIX, potencializa-se, portanto, como uma decorrência da diversificação produtiva em relação ao criatório e manutenção de uma zona segura de investimentos em torno de uma produção já testada no mercado. Os fazendeiros revelavam, assim, o seu forte viés conservador, quando se tratava da capacidade de inversão e potenciais riscos.

A capacidade de diversificação apontou, desde cedo, para uma limitação da pauta de produção e exportação para outras províncias e exterior. Uma característica importante deste processo foi a perenidade da comercialização de produtos, como, gado (vacum e cavalari), milho, feijão, fumo e derivados da cana-de-açúcar. Embora, no que respeita aos dois últimos itens, a produção provincial não fosse referência no mercado colonial ou imperial, o cultivo, beneficiamento e comercialização foram regulares. A “bem-estruturada” fazenda, pública ou privada, possuía plantação de cana. É crível que apenas as maiores dispunham de condições para produção de açúcar mascavo e aguardente. No geral, as grandes propriedades dispunham de uma estrutura integrada: canavial, moenda e alambique. Nestas propriedades, o plantio do canavial e o corte da cana eram realizados por trabalhadores de ambos os sexos, que também estavam presentes na “moedura”.

O trabalho humano na moenda limitava-se a repor a cana para ser triturada, retirar os “bagaços” e estimular com chicotes os “bois de trabalho

dispostos em pares” para fazer movimentar a engrenagem. Homens e mulheres partilhavam ainda a tarefa de produzir o melado, a rapadura, o açúcar e a aguardente. A produção de açúcar nas fazendas públicas, por exemplo, parecia não ser incipiente, produzia-se o suficiente para que os Armazéns da Fazenda Pública, em Oeiras, possuísem “um bom número de fados”. A produção de aguardente parecia não menos importante – pelo menos aos olhos dos administradores, que estimulavam o aumento da produção e o “bom apronte”, deixando explícita a preocupação pela qualidade do produto.

O plantio de tabaco foi comum em fazendas que contavam com rios, lagoas e aguadas. As lavouras, no geral, ocupavam as áreas chamadas “vazantes” – terrenos baixos e úmidos – e eram cuidadas por mulheres, especialmente nas fazendas públicas. As negras eram responsáveis pela colheita e pelo processo de dessecar e transformar as folhas em “rolos de fumo”. O estoque ficava disponível nos Armazéns da Fazenda Pública, para onde era enviada toda a produção das fazendas, e era comercializado, a exemplo de outros produtos, através de “arremate”, por negociantes.

A historiografia tem enfatizado com maior vigor a presença do algodão - provavelmente por considerar maior volume e vínculo à exportação - na agricultura mercantil-escravista piauiense, para o mercado externo. Contudo, cremos que é em torno da cana e do fumo que se desenvolve o fortalecimento do processo de inserção da economia provincial à regional. A comercialização de fumo e derivados da cana mostrou-se, especialmente nos Oitocentos, contínua e constante, enquanto que a do algodão, esporádica e não periódica. Nossas pesquisas já apontam para a regularidade da comercialização, embora ainda seja impreciso o sistemático volume da produção e capital.

**\*Este texto resulta da pesquisa em andamento “A produção pastoral no Piauí, no Mato Grosso do Sul e no Rio Grande do Sul, de 1780 a 1930: um estudo comparado”, coordenada pelo prof. Dr. Mário Maestri (UPF) e financiada pelo CNPq.**

**\*\*Professor do Departamento de Ciências Econômicas e dos mestrados em Políticas Públicas e em História/UFPI. Doutor em História/PUCRS.**

## AS ESCRITAS DE R. N. MONTEIRO DE SANTANA por Teresinha Queiroz\*

Visão geral dos trabalhos escritos e/ou coordenados por R. N. Monteiro de Santana, a partir dos meados dos anos 1950, permite evidenciar quatro momentos de sua presença intelectual, social e política, perceptíveis em quatro distintos conjuntos de produção escrita que atendem a interesses e projetos variados.

Um primeiro momento da obra de Monteiro de Santana poderia ser definido como o da invenção da história econômica do Piauí, o que ocorre em torno do período de 1956 a 1965, com a produção de livros<sup>1</sup> e, sobretudo, com a divulgação de um grande número de artigos na imprensa periódica e em revistas locais e nacionais.<sup>2</sup> Em que pese essa produção intelectual ser grande, ela é dispersa e nos solicita no sentido de viabilizar a sua recuperação. Essa produção é, em parte, assinada. Quando isso não ocorre, é identificável de maneira indireta.<sup>3</sup> Pertencem também a esse

recorte os estudos sobre a Operação Nordeste (OPENO)<sup>4</sup> e sobre as diferentes zonas econômicas e sociais do Estado,<sup>5</sup> realizados com vista a servir de base para o planejamento público que ele ajudava a instituir. Nesse contexto, circula, entre 1957 e 1960, a *Econômica piauiense*,<sup>6</sup> revista que seguia o modelo da *Econômica brasileira* e que agregava em torno de Monteiro de Santana, Alves de Paula e Petrônio Portella alguns dos nomes mais expressivos da produção escrita e da reflexão sobre os problemas enfrentados pelo Piauí – como, Odilon Nunes, José Gayoso Freitas, O. G. Rego de Carvalho, José Camillo da Silveira Filho e Ocílio Lago. Portanto, esse primeiro bloco poderia ser nomeado de a invenção da história econômica do Piauí. Ele é marcado pela relação desse conhecimento histórico - cujo sentido era o de realçar a realidade piauiense em crise -, com o desejo de construir as bases para o planejamento